

PARECER JURÍDICO Nº 309/2026

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS. LEI Nº 14.133/2021. SERVIÇO COMUM. CRITÉRIO DE JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO POR ITEM. REGULARIDADE FORMAL DO PROCESSO. PRESENÇA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, TERMO DE REFERÊNCIA E PESQUISA DE PREÇOS. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO, COM RESSALVAS DE NATUREZA PREVENTIVA.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, por meio do **Memorando nº 339/2026**, solicitando parecer jurídico acerca da possibilidade de **abertura de Processo Licitatório nº 054/2026**, na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 023/2026**, com critério de julgamento de **menor preço por item**, destinado à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total de veículos, destinados à proteção da frota oficial das Secretarias do Município de Cataguases/MG.

Constam dos autos o edital e seus anexos, notadamente Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, solicitações de demanda do setor requisitante, pesquisa de preços e demais documentos pertinentes à instrução do feito.

O valor global estimado da contratação foi fixado em R\$ 8.483,65, conforme pesquisa de mercado realizada com base em contratações similares.

É o relatório. Passo à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A presente manifestação jurídica insere-se no âmbito do controle prévio de legalidade da fase preparatória da licitação, nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, restringindo-se à análise dos aspectos jurídico-formais constantes dos autos, sem adentrar no mérito administrativo, cuja apreciação compete à autoridade competente.

No caso em exame, verifica-se que a contratação pretendida foi classificada

como serviço comum, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o que justifica a adoção da modalidade pregão, na forma eletrônica.

Observa-se que o procedimento encontra-se instruído com Estudo Técnico Preliminar apto a demonstrar a necessidade da contratação, vinculada à proteção da frota oficial e à continuidade dos serviços públicos, evidenciando a adequação da solução escolhida sob os prismas da eficiência e economicidade.

O Termo de Referência apresenta descrição suficiente e adequada do objeto, contemplando de forma clara as coberturas mínimas exigidas, tais como seguro de casco, responsabilidade civil facultativa, acidente pessoal por passageiros e assistência 24 horas, o que contribui para a padronização das propostas e mitigação de riscos na execução contratual, além de reduzir a possibilidade de apresentação de propostas incompatíveis com as necessidades da Administração.

Quanto à pesquisa de preços, verifica-se que foi realizada com base em parâmetros oficiais, incluindo contratações públicas similares, com utilização de metodologia compatível com as diretrizes da Instrução Normativa nº 65/2021, mediante aplicação de método estatístico idôneo, observando-se, ainda, a compatibilidade com os valores praticados no mercado, o que confere razoabilidade ao valor estimado.

No que concerne ao edital, observa-se que encontra-se estruturado em conformidade com os requisitos legais, contendo definição clara do objeto, critérios de julgamento, condições de participação, regras de habilitação e demais disposições necessárias à condução do certame, sendo adotado o critério de menor preço por item, compatível com a natureza da contratação.

Ademais, consta previsão de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, o que evidencia observância ao tratamento favorecido legalmente estabelecido.

No que se refere à dotação orçamentária, verifica-se sua indicação nos autos, vinculada às unidades demandantes, o que se mostra adequado nesta fase, devendo ser oportunamente observado o regular empenho da despesa quando da formalização da contratação.

Ressalta-se que as informações técnicas constantes dos autos, especialmente quanto à definição do objeto, às coberturas securitárias, aos valores de franquia e à formação do preço estimado, são de responsabilidade dos setores competentes, presumindo-se adequadas para os fins pretendidos, não cabendo a esta Procuradoria a aferição de sua suficiência técnica.

Registra-se, por cautela, que se revela recomendável a previsão expressa, no instrumento convocatório ou na minuta contratual, do índice de reajuste aplicável, a fim de evitar controvérsias na fase de execução contratual.

De modo geral, a instrução processual demonstra observância aos princípios da

legalidade, eficiência, economicidade e planejamento, não se identificando óbices jurídicos ao prosseguimento do feito, à luz da análise formal realizada.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **opina-se pela viabilidade jurídica de abertura do Processo Licitatório nº 054/2026**, na modalidade Pregão Eletrônico, por se encontrar, sob o aspecto jurídico-formal, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o presente entendimento não afasta a responsabilidade dos setores competentes quanto aos aspectos técnicos e operacionais da contratação, especialmente no que se refere à definição do objeto e à formação do preço estimado e à adequada execução do ajuste.

Registra-se, por oportuno, que eventuais apontamentos consignados nesta manifestação possuem caráter meramente preventivo, não constituindo condicionantes ao prosseguimento do feito, destinando-se à mitigação de riscos na fase de execução contratual e em eventual controle externo, razão pela qual não se vislumbra, neste momento, a necessidade de retorno dos autos para nova análise jurídica, ressalvada a hipótese de superveniência de fatos novos ou alterações relevantes no procedimento.

Por fim, destaca-se que o presente parecer possui natureza opinativa, cabendo à autoridade competente a análise quanto à conveniência e oportunidade da prática do ato administrativo.

É o parecer desta Procuradoria.

Cataguases/MG, 30 de abril de 2026.

PATRÍCIA DE S. R. NAVARRO DE MORAES
Procuradora Jurídica do Município
OAB/MG 155.599